



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informações referentes às agendas oficiais e compromissos institucionais do ex-presidente Alessandro Antônio Stefanutto, especialmente no período compreendido entre março de 2024 e maio de 2025, em que se verificou o auge das irregularidades envolvendo descontos indevidos sobre benefícios previdenciários.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informações referentes às agendas oficiais e compromissos institucionais do ex-presidente Alessandro Antônio Stefanutto, especialmente no período compreendido entre março de 2024 e maio de 2025, em que se verificou o auge das irregularidades envolvendo descontos indevidos sobre benefícios previdenciários.

Nesses termos, requisita-se:

1. Cópia integral das agendas oficiais, reuniões, despachos e compromissos institucionais do então Presidente do INSS, Sr.



Alessandro Antônio Stefanutto, realizadas entre 1º de março de 2024 e 31 de maio de 2025, inclusive aquelas não publicadas no portal de transparência do órgão;

2. Relação nominal dos participantes das reuniões registradas ou não na agenda institucional, contendo data, horário, local, assunto tratado e identificação das entidades representadas, com destaque para encontros envolvendo a Associação dos Militares e Beneficiários Civis do Brasil (AMBEC), a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (CONAFER) e demais associações sob investigação nesta CPMI;
3. Cópia de e-mails, memorandos, despachos e registros de entrada em sistemas de produção e gestão de documentos e processos digitais que indiquem solicitações, convites ou pedidos de audiência encaminhados ao gabinete da Presidência do INSS por parlamentares, assessores ministeriais, entidades associativas ou pessoas físicas relacionadas às investigações em curso;
4. Esclarecimento formal sobre o motivo da lacuna existente nas agendas públicas do ex-presidente entre março de 2024 e maio de 2025, bem como informação sobre eventuais falhas técnicas, exclusões indevidas ou critérios de publicação utilizados pelo órgão no referido período;
5. Cópia de eventual comunicação encaminhada pelo INSS à Controladoria-Geral da União (CGU), mencionada em nota pública do Instituto, relativa ao pedido de resgate das agendas e registros de compromissos institucionais de Stefanutto.



JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento fundamenta-se na necessidade de elucidar grave lacuna identificada nas agendas oficiais do ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, no período compreendido entre março de 2024 e maio de 2025, precisamente durante o auge das irregularidades que culminaram na chamada “Farra do INSS”.

Conforme noticiado[1], o referido intervalo temporal coincide com o momento de maior incidência de descontos indevidos de mensalidades associativas, que alcançaram a cifra de R\$ 2,6 bilhões apenas no ano de 2024, conforme auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) e investigações da Polícia Federal (PF) no âmbito da Operação Sem Desconto.

A ausência de registros públicos das atividades institucionais do ex-presidente Stefanutto impossibilita a identificação das autoridades, entidades e representantes com os quais ele manteve contato durante o período investigado, comprometendo a transparência administrativa e obstando a atuação fiscalizatória do Congresso Nacional.

Chama especial atenção o episódio relatado pela imprensa em que o deputado André Figueiredo (PDT-CE), então presidente nacional do partido do ministro da Previdência, Carlos Lupi, teria solicitado, em abril de 2024, reunião entre o ex-presidente do INSS e representantes da AMBEC, entidade investigada por faturar cerca de R\$ 453 milhões com descontos de mensalidades irregulares sobre benefícios previdenciários. Ocorre que não há qualquer registro público dessa reunião, tampouco da identificação dos presentes, datas ou temas abordados, o que reforça a hipótese de omissão ou supressão deliberada de informações de caráter público.

O próprio INSS, em nota encaminhada ao Metrôpoles, afirmou que “as agendas públicas no portal permitem consulta apenas aos últimos 400 dias”, o que inviabilizaria a verificação direta dos compromissos de Stefanutto. Contudo,



verificou-se que agendas anteriores a fevereiro de 2024 de outros dirigentes da autarquia continuam disponíveis no mesmo portal, bem como de ministros e demais autoridades do Governo Federal, indicando inconsistência e seletividade na divulgação das informações relativas à Presidência do Instituto.

Diante desse quadro, compete à CPMI do INSS no exercício das prerrogativas requisitar formalmente ao INSS todos os documentos, registros e comunicações internas que permitam reconstituir a agenda institucional de seu ex-presidente, incluindo reuniões oficiais e oficiosas, despachos, audiências com entidades representativas, e eventuais comunicações encaminhadas à Controladoria-Geral da União (CGU) para recuperação de dados.

Assim, o presente requerimento visa garantir plena transparência e responsabilização dos agentes públicos e privados envolvidos, assegurando que nenhuma informação relevante à investigação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito permaneça oculta ou inacessível.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/inss-buraco-oculta-reunioes-de-ex-presidente-no-auge-da-fa>

Sala da Comissão, 20 de outubro de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)

